



Anais da Assembléia

Nº 119

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE OUTUBRO DE 1975.

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 177ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 6 DE OUTUBRO DE 1975

SEGUNDA - FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Leopoldo Jacomel.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcio Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Darios, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Juran-dir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Luiz Carlos Zuk, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos e Valter Pietrângelo, (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Maurício Fruet, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Domício Scaramella, José Domingos Scarpelini, Lineu Turra, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE.—

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:—

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, requer seja consignado na ata dos trabalhos, voto de profundo pesar, pelo passamento da senhora Rosa Langraf.

A extinta, que era membro de tradicional família prioneira na cidade de Cornélio Procópio, deixa imensa saudade à sua numerosa família.

Requer, outrossim, após a aprovação do mesmo, se dê ciência à família enlutada através de expediente desta Assembléia

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1975.

a) ROSÁRIO PITELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, um voto de regozijo pelo cinquentenário da fundação da Companhia de Melhoramento Norte do Paraná.

Dê-se ciência.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1975.

a) DÁCIO LEONEL.

A Justificativa será feita da tribuna.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvir o douto plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, General Alcindo Pereira Gonçalves, para que instale, com a máxima brevidade, um Posto de Identificação na cidade de Iporã.

Iporã, um dos municípios paranaenses mais longe de sua capital. A vinda com o deslocamento à capital torna-se difícil e dispendioso. Merece das autoridades um olhar benévolo pelos menos favorecidos pela sorte.

Sala das Sessões, em 6 de outubro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após manifestação do plenário, seja endereçado ofício ao Ministro da Educação, para que determine a inclusão da Redação escrita nos Exames de Vestibular.—

Sala das Sessões, 05 de outubro de 1975.

JUSTIFICATIVA.—

Ocorre um verdadeiro paradoxo na educação brasileira, porquanto não se pesquisa da condição do vestibulando de saber redigir vala dizer, expressar-se corretamente através da linguagem escrita, mas as provas de seu aproveitamento escolar, ainda continuam se fazendo com base na redação. Obviamente seria de exigir-se uma condição tão essencial, já no exame de admissão à universidade pois que esta condição - saber redigir, é que permitirá na sequência do curso, aferir-se o aproveitamento escolar. Ademais a exigência da redação determinará, infalivelmente, uma melhoria do nível cultural dos nossos universitários, pois ensinará mais leitura e melhor preparo para a escrita. Por outro lado, ao escrever a pessoa procurará sempre aprimorar sua linguagem, quer rebuscando-se de termos mais arduos, quer elevando o tema da conversação para atingir o vernáculo, enfim, procurando na redação uma forma mais apropriada de linguagem. Seria talvez, até, uma fórmula de combater a "gíria" indiscriminada e limitativa de conversação de que está sendo vítima a nossa juventude, eis que dela nada se exige que signifique padrão cultural de linguagem clássica ou arduita.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a hora do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.— (Ausente).

Encontrando-se ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, segundo orador inscrito.— (Ausente).

Encontrando-se ausente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Usamos da tribuna, no dia de hoje, apenas para apresentarmos o seguinte requerimento: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, após ouvido o plenário, seja enviado ao Exmo. Sr. Ministro Reis Velloso, Secretário de Planejamento da Presidência da República e ao Dr. Rangel Reis, Ministro do Interior, solicitando a liberação de recursos do "FUNDO ESPECIAL"

gerido por aquelas autoridades, para prefeituras municipais das regiões Sudoeste e Oeste do Paraná que tiveram grande parte de suas estradas, escolas, pontes e outros próprios públicos atingidos pelas fortes chuvas que desabaram ininterruptamente por duas semanas sobre aquela progressista região do Paraná.

Sala das Sessões, em 6 de outubro de 1975.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:—

São notórios e incontáveis os danos que a economia estadual vem sofrendo ao longo dos últimos meses deste ano, face as catástrofes ocorridas, como a geada, neve, seca, incêndios nos campos e, agora, as chuvas.

A agricultura sofreu o mais duro golpe das últimas décadas, com a perda total dos cafezais, quebra de mais de sessenta por cento do trigo, além de outras culturas, dos prejuízos na pecuária e suinocultura.

As regiões Sudoeste e Oeste, entretanto, a par de sofrerem o mesmo efeito danoso dos fenômenos ocorridos nas outras regiões do Estado, enfrentam, no momento mais um sério e angustiante problema: as inundações de suas cidades e o alagamento de seus campos.

As chuvas que incessantemente estão a cair nas regiões citadas destruíram estradas, causando a queda de pontes, de escolas, ruína de prédios públicos e de cooperativas, destelhamento de casas, interrupção do fornecimento de água a perda de serviços já iniciados de calçamento e outras benfeitorias públicas.

Tenho acompanhado atentamente os efeitos dos temporais que assolam as regiões: recebi diversas comunicações telefônicas, radiogramas de prefeitos, pessoalmente visitei neste último fim de semana algumas cidades. De todos os contatos que mantive, permaneço com uma constante preocupação: as prefeituras dos municípios mais atingidos não puderam com recursos próprios refazer o que o temporal levou.

Faz-se necessário e urgente, portanto, o auxílio decidido do Governo Federal para que se reconstruam estradas, renovem-se os equipamentos urbanos, reergam-se escolas e outros prédios; para que se dê aos prefeitos condições de rearticular seus planos de obras e suas combalidas finanças municipais e para que se estimule, pela atuação e exemplo de trabalhos dos órgãos públicos, os bravos brasileiros lá residentes e persistirem na tarefa de fazerem produzir suas terras.

Essa tarefa depende em larga escala do Governo Federal que, por imperativo constitucional tem o dever de "Organizar a defesa permanente as calamidades públicas, especialmente a seca e as inundações conforme o texto, da Constituição Federal - parágrafo XIII do Artigo oitavo valendo-se para tanto, dos recursos constantes do FUNDO ESPECIAL, criado pela Constituição Federal no seu artigo 25º, Inciso III e em consonância ainda com o ato Complementar nº 40 de 1968, confirmado pelo Ato Constitucional n.º 6, de 1969, regulamentados pelo Decreto Federal n.º 3002 de 09/12/72.

Nesse sentido é que entendo indispensável o pronunciamento deste Poder aos órgãos competentes do Governo Federal, apelando, por outro lado, para o Exmo. Sr. General Alcindo Pereira Gonçalves, Presidente no Paraná do CEDEC - Coordenação Estadual de Defesa Civil - e, também, para os Comandantes de Batalhões da Polícia Militar com jurisdição sobre os municípios atingidos objetivando o pronto levantamento dos prejuízos verificados e fornecendo aos Srs. Prefeitos Municipais toda a formulação dos projetos destinados a carrear os recursos federais.

Requer-se, finalmente, caso entendam, os nobres Senhores Deputados da conveniência em aprovar o presente requerimento, que da manifestação do Plenário se dê ciência ao Exmo. Sr. Governador do Estado, bem como aos prefeitos municipais das referidas regiões".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado JAYME RODRIGUES CARVALHO, inscrito.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não se passaram 10 dias que nós ocupávamos esta tribuna do povo para fazermos um apelo veemente a S. Exa. o Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e dizíamos, naquela oportunidade de que havíamos passado como profissional, e não como político, na cidade de Guaraniáçu, onde vimos a falta de segurança e a intranquilidade nos lares daquele município.

Na ocasião Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós, não como políticos daquela região, mas como membro da sociedade paranaense, apelamos ao Sr. Secretário de Segurança Pública para que enviasse, aquele município, soldados capazes de dar condições de trabalho e de fiscalização ao delegado daquela cidade.

Ficamos cientes, Sr. Presidente, com os rumores dos jornais e ouvimos aqui, calados, porque aqui não comparecemos para dar resposta, quando um dos canais de TV desta Capital anunciava de que o nosso requerimento difundia que, em Guaraniáçu, reinava a paz do céu.

Registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a notícia do tumulto da confusão e do impasse que está havendo naquele município de Guaraniáçu, pelos mesmos pistoleiros que eu já denunciei, e que estavam naquele município. Eles continuam a queimar ranchos, a saquear lares, e acabam de matar mais uma pessoa, o Sr. Kosé Aparecido, e numa demonstração de verdadeira selvageria, que campeia naquele município, que campeia neste Estado, se não bastasse a morte, queima-se a vítima. Às margens da Fazenda Grico, cujos proprietários, uma família toda queria fazer justiça pelas suas próprias mãos.

Sr. Presidente, para que a imprensa saiba que não estava falando senão a verdade, é que eu volto hoje à tribuna, não na condição de político, mas de proteção ao bem estar de uma família para a qual nós advogamos e se eu não denunciar, amanhã serei eu o advogado da família, espesinhada, e mais uma vítima dos pistoleiros Canuto e de sua família.

Então, Sr. Presidente, reitero, hoje, o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, e tendo em vista as desordens que continuam na cidade de Guaraniáçu, requer à Mesa que se oficie à S. Exa. Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando reforço policial para que o Sr. Delegado possa manter a paz social naquele município.

Sala das Sessões, em 6 de outubro de 1975."

É esse, Sr. Presidente, o nosso requerimento, requerimento de um Deputado que não detém mando político; de Deputado que não obteve um só voto em Guaraniáçu, mas sente como Deputado paranaense, de todo o Estado do Paraná, para quem ele quer a paz e a liberdade social.

Muito obrigado — (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "O assunto que me traz à tribuna, diz hoje respeito à campanha lançada pela Secretaria de Justiça, visando atingir neste ano, mil processos de naturalização no Paraná.

O entusiasmo do Diretor do Departamento de Justiça, ex-Deputado Antonio Lopes Junior - é perfeitamente compreensível, ainda mais por quem - como é o nosso caso - já esteve na direção daquele mesmo Departamento e buscou incentivar as naturalizações.

Tendo iniciado a campanha nos municípios de Telêmaco Borba, Guarapuava e Umuarama, a comissão volante deverá

percorrer uma série de municípios paranaenses, dando assim ao estrangeiro que pretende naturalizar-se brasileiro, todas as condições possíveis para atingir esse objetivo.

O grande problema, indiscutivelmente, tem sido o deslocamento dos estrangeiros para a capital, com despesas de viagem e estadia, além do grande tempo que utilizam para reunir os papéis e tomar todas as providências.

A presença da comissão volante representa um benefício extraordinário.

O cidadão não precisa sair de sua sede, recebe ali mesmo toda a orientação, tem condições de substituir algum documento incompleto, evita uma série de gastos e sente uma motivação maior para naturalizar-se brasileiro.

Dessa forma, o que se procura é facilitar aos estrangeiros que procuraram nosso solo para conseguir uma vida mais tranquila, que realmente possam integrar-se à vida nacional.

E são milhares que aí estão, vivendo neste chão, com famílias aqui constituídas, desejosos de adquirir a nacionalidade brasileira, mas sempre encontrando os naturais obstáculos burocráticos, que agora desaparecem com a pronta ação da Secretaria da Justiça.

O assunto, Srs. Deputados, vem merecendo uma consideração tão importante, que através de contatos que mantivemos com o Dr. Milton Luiz Pereira, titular da 1ª Vara da Justiça Federal, conseguimos a confirmação de que no próximo dia 11 deste mês de outubro, S. Exa. irá a Londrina, onde naquela cidade terá lugar uma sessão solene para entrega de certificados de naturalização.

É mais uma forma de beneficiar os naturalizados, que vão receber na sua própria região os respectivos títulos, evitando também as despesas de viagem e estadia para virem receber os títulos em Curitiba.

Ambas as ações visam facilitar aos interessados a naturalização, seja na montagem dos processos, seja para receber os títulos de naturalização.

Ainda este mês haverá uma segunda entrega designada para a cidade de Maringá. Desta tribuna, parabeno-me com o MM. Juiz Milton Luiz Pereira, da 1ª Vara da Justiça Federal, pela importante iniciativa, como também parabeno-me com o velho companheiro Antonio Lopes Junior, pela dinâmica que vem mantendo à frente do Departamento de Justiça do PR".

Disse, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Se os problemas do presente constituem uma preocupação constante de todos nós, alegra-nos ver essa preocupação voltada também ao futuro.

Com isso, não se repetirão erros do passado, por sua falta de visão do futuro, que constitui nosso presente. Pensando hoje no futuro, através de estudos, de pesquisas sobre o meio ambiente, estão equacionando uma vida melhor para o presente a ser vivido por nossos filhos e nossos netos.

No Paraná não é ainda da salvação do homem que se trata, mas isso que se tornou alarmante em certas cidades do país, poderá tornar-se alarmante aqui, não fossem iniciativas como esta, voltada ao meio ambiente e sua preservação".

Esses pensamentos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fizeram parte do discurso proferido por S. Exa. o Sr. Reitor da Universidade Federal, Professor Theodócio Jorge Atherino, na abertura do I Encontro Paranaense sobre o Meio Ambiente, realizado às 20 horas no último dia 04 do corrente.

A referida sessão, tivemos a grande honra de estar presentes, com o Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, desta Casa. Percebemos o grande interesse manifestado por elevado número de estudantes universitários, vindos de diversas partes do Estado, para analisar, até o dia 11 próximo, os aspectos

da preservação do meio ambiente, buscando encontrar soluções válidas para enfrentar os problemas ao mesmo relacionados, que se está tornando angustiante no Estado do Paraná, particularmente na cidade de Curitiba.

Na agenda dessa promoção conjunta da Universidade Federal do Paraná, Diretório Acadêmico de Ciências Biológicas e Ministério da Educação e Cultura, ressaltam-se 4 itens de vital importância, administração de programas, de preservação e melhorias do meio ambiente do Paraná e no Brasil, critério de qualidade do meio ambiente; problemas de poluição ambiental no Paraná e no Brasil; reflexos dos problemas de poluição ambiental.

Essa agenda será desde o dia de hoje objeto de consideração por parte dos participantes, notadamente...

O SR. PRESIDENTE — Comunico que o tempo de V. Exa. está esgotado, e concedo mais um minuto para terminar sua oração.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Obrigado. Notadamente por parte dos professores eminentes que estão emprestando seus conhecimentos para que aqueles desideratos sejam totalmente atingidos.

Apresentamos nesta oportunidade, um requerimento que submeto à consideração da Casa, o qual está vazado nos seguintes termos (Lê):

REQUERIMENTO

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja inserido na ata desta sessão, um voto de congratulações à Reitoria da Universidade Federal do Paraná, ao Diretório Acadêmico de Biologia e Ciências do mesmo órgão de ensino e ao Ministério de Educação e Cultura, pela realização de 4 a 11 do corrente, do "I Encontro Paranaense de Meio Ambiente" que tem na coordenação os estudantes universitários Anastácio Afonso Juras e Francisco Striquer Soares, e a participação de eminentes professores e pesquisadores.

A referida promoção que tem por objetivo "promover uma reunião de técnicos e Especialistas do Paraná e do Brasil, para discussão de suas respectivas experiências no campo da Preservação ambiental, tendo em vista o estabelecimento de propriedades para ação e a adoção de critérios de qualidade do Meio Ambiente", é deveras louvável e oportuna à defesa do interesse de nossa terra.

Requer ainda, se aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Ministro da Educação e Cultura, Reitor da Universidade Federal do Paraná e ao Presidente do Diretório Acadêmico de Biologia e Ciências da Universidade Federal do Pr.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO".

Era só. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente.

Passando-se ao Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tendo declinado da palavra o Sr. Deputado Deni Schwartz, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É do conhecimento público a situação por que passam os Comerciantes e Industriais não só deste Estado, como de todo o Brasil.

Nós que militamos na indústria e que temos nossos companheiros, na cidade de Ponta Grossa, no mesmo ramo, comerciantes e industriais, homens que, como a maioria dos que vivem neste País, sentem em seus balanços, no ativo e no passivo

de suas firmas, o sentido econômico porque atravessou a pátria brasileira.

Houve neste Estado, assim como em todo o País, uma crise gerada por motivos internacionais, crise quase que totalmente superada mas que trouxe, nesse meio tempo, falências e concordatas de firmas paranaenses e brasileiras. Houve, é verdade, inúmeras firmas que conseguiram sobreviver essa crise econômica.

O Exmo. Dr. Ivan Ordine Righi, Procurador Fiscal deste Estado, enviou a diversas Varas Cíveis das inúmeras comarcas deste Estado, ação executiva fiscal para a cobrança de dívidas fiscais de todo o comércio e indústria deste Estado, que estejam em atraso com o recolhimento de seus tributos.

Os promotores públicos encarregados de tais cobranças percebem significativos percentuais para execução destas cobranças, e não é dado nenhum aviso prévio, ou convite, para parcelamento da dívida aos comerciantes e industriais, em situação financeira difícil, a não ser quando já em trâmite na ação executiva, que os promotores podem proceder parcelamento, desde que o devedor tenha bens a penhorar.

Antigamente o comerciante, o industrial deste Estado, provava, através de um balancete junto à Secretaria da Fazenda, a sua dificuldade em recolher o tributo, e era lhe dado então ação executiva concedendo-lhe um parcelamento, com cobrança de juros e correção monetária que muitas vezes dobravam, os valores dos tributos; mesmo assim, com esta elevação astronômica da dívida, o comerciante industrial sujeitava-se a tal acordo para quitar seu compromisso para com a Fazenda Estadual.

Hoje, Srs. Deputados, além dos juros, além das correções monetárias que muitas vezes chegam a dobrar, o valor dos seus tributos, o comerciante, o industrial tem também de pagar os honorários e custas judiciais, para conseguir o parcelamento. E o fato mais importante ainda é que a ação executiva que cassa praticamente todo o crédito em estabelecimentos bancários e em outras entidades de financiamentos, além de abalar o crédito junto aos seus fornecedores e ainda mais, Sr. Presidente, de acabar quase com a confiança depositada nos comerciantes industriais, tudo isto, Srs. Deputados, ocasionado pelos próprios responsáveis da administração deste Estado que, com estas medidas, certamente levarão centenas ou milhares de firmas à insolvência e à falência propriamente dita.

Mas o que nostraz Srs. Deputados, aos nossos reclamos nesta tribuna, é que, em Ponta Grossa, na nossa Comarca, inúmeras firmas que haviam já solicitado o seu parcelamento de dívida junto à Fazenda Estadual e que estão até hoje pagando os seus parcelamentos em dia, contribuindo além dos tributos devidos, com o juro e a correção monetária, são, através dos Oficiais de Justiça, solicitadas as suas presenças no Fórum da comarca; lá chegando, encontram uma procuração dada pelo Sr. Ivan Righi, Procurador Geral do Estado, procuração esta de ação executiva contra as firmas que estão em dia com os seus tributos atrasados, juntando juros e correção monetária.

Quando em entendimento com os promotores que têm a ação executiva em mãos, aqueles homens, aqueles industriais não acham, e o próprio promotor não acha, um meio legal para sustar aquela ação executiva; então é dado, por assim dizer até pela amizade do promotor para com os comerciantes e industriais, um prazo de carência de 4, 5 dias, para que estes, dentro do seu direito e dentro da lei, tenham que abandonar as suas indústrias e casas de comércio, deslocando-se a Curitiba para, junto à Procuradoria Geral deste Estado, Procuradoria Fiscal, apresentarem apresentarem os comprovantes das suas contribuições, apresentarem o parcelamento que está totalmente em dia, para daí, com a boa vontade do Sr. Secretário, representado por este Procurador, serem remetidas às comarcas do Interior as sustações das ações executivas.

Eu acredito que este fato não é do conhecimento do Sr. Jayme Prosdócimo, como também acredito que isto não é do

conhecimento do Governador deste Estado; comerciante como é, pecuarista e industrial. haverá ele de sanar esta irregularidade da Secretaria da Fazenda através deste Departamento.

O SR. GABRIEL MANOEL — Assistimos com interesse a justa reivindicação de V. Exa., mas ao pedido do aparte, V. Exa. complementou que talvez não seja do conhecimento do Sr. Governador do Estado e nem de S. Exa. o Sr. Secretário de Finanças.

O que V. Exa. neste momento, nesta tarde diz nesta tribuna, é uma realidade em que nós, como Deputados da Arena, como Deputados de um Partido que quer também acertar, queremos neste instante parabenizarmos-nos com V. Exa. pela maneira corajosa e pela acertiva em que V. Exa. vem verificando ao lado, trabalhando ao lado deste comércio, como disse V. Exa. muitas vezes, sofrendo a bi-tributação neste Estado.

Deputado Luiz Carlos Zuk, pela vez primeira, queremos dizer que estamos de pleno acordo com V. Exa. e as duas bancadas, em conjunto, deveriam estudar este estado de coisas que é tenebroso para as indústrias e o comércio e para o Paraná.

Tem V. Exa. a minha admiração quando V. Exa. vem à tribuna para demonstrar fatos concretos e palpáveis, que ocorrem e sem a ciência de S. Exa. o Sr. Secretário de Finanças e o Governador do Estado, tem V. Exa. a nossa admiração, o nosso aval para que este estado de coisas seja sanado.

Quero, neste instante, parabenizar-me com V. Exa. porque o comércio do Brasil e do Paraná sofre um colapso em todos os setores, principalmente os setores fiscais. Como comerciante que fui sei perfeitamente como é doloroso e difícil ao comerciante ter o pé amarrado, e muitas vezes, comerciantes que pagam impostos são julgados como maus pagadores, e neste instante, V. Exa. tem nosso aval e nossa admiração.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte e o apoio do nobre Deputado Gabriel Manoel, e queria, ao complementar esta nossa passagem na tribuna, dizer que esta nossa reivindicação que será enviada ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Fazenda, é para que seja requerido à Procuradoria Geral Fiscal do Paraná, que informe de quem partiu estas medidas tão violentas contra os Srs. comerciantes e industriais deste território e que estão em situação difícilíssima, porque nós, como os Srs. Deputados têm conhecimento, aqueles que pagaram e estão pagando parceladamente suas dívidas têm ainda que sair dos seus estabelecimentos, procurarem a Fazenda Estadual e fazer com que aquilo que deveria partir do Governo, que era um direito assegurado por lei através do parcelamento já concedido pela Secretaria, sejam eles afastados dos seus comércios e indústrias, com prejuízos que todos nós conhecemos, vindo até a Capital para daí posteriormente, retornarem às suas cidades, às suas indústrias, ao seu comércio, para reaver um direito nato, direito pelo qual já deveria ser assegurado pelas instituições, principalmente pela Secretaria da Fazenda.

Pediria, Sr. Presidente, que este nosso pronunciamento, cópia dele, fosse enviado ao Sr. Governador do Paraná e ao Sr. Secretário da Fazenda, Dr. Jayme Prosdócimo, que haverá de tomar conhecimento de uma medida imediata, de uma medida que terá o apoio, creio, do total desta Casa referendando na sua totalidade que esta nossa apresentação é tão somente num

sentido de colaboração à esta administração aí implantada, e que haverá de ter uma medida saneadora e imediata, fazendo com que a classe já sofrida do comércio e indústria deste Estado, tenha os seus direitos assegurados e tenha a si as vistas voltadas deste Governo Estadual.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.
— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa registra com satisfação a presença em plenário, do Sr. Prefeito Municipal de Quitandinha.

Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

Encontrando-se ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não tendo tempo suficiente para encaminhar expediente à Mesa, o faço no Grande Expediente.

Eu faço, Sr. Presidente, para poder aresentar também, como justificativa, o voto que estamos submetendo à esta Mesa, parte do pronunciamento ocorrido no Congresso Nacional, através de Cardoso de Almeida, da ARENA de São Paulo.

Refiro-me à passagem no dia 24 último, do cinquentenário de fundação da Cia. de Melhoramentos do Norte do Paraná.

(Lendo): “Companhia que há cinquenta anos vem trazendo os melhores resultados à colonização e à economia do Estado do Paraná e do Brasil. Além de ter colonizado o Paraná, formou uma equipe de empresários que comprando terras daquela companhia, espalharam hoje pelo Brasil todo, a experiência que fizeram no Norte do Paraná.

No ano de 1924, veio ao Brasil Lord Lovas na qualidade de técnico em agricultura da Missão Montagu, contratado na Inglaterra pelo Governo Brasileiro para estudar a reforma da nossa organização financeira e fiscal.

Lord Lovas impressionou-se com a qualidade das terras no Estado de São Paulo e entrou em contato com o Dr. João Sampaio, administrador e genro de Prudente de Moraes, demonstrando interesse em adquirir terras no Brasil.

Regressou dois anos depois, quando por indicação dos Drs. Gastão Mesquita Filho e Willie Davids, voltou suas vistas às terras roxas que o Governo do Paraná desejava vender na região Norte do Estado.

Feito o contato para a compra das terras, o Dr. João Sampaio solicitou ao seu sócio de escritório, Dr. Antonio de Moraes Barros, que assumisse a responsabilidade do estudo dos títulos o que foi feito mediante aquisição de 515.000 alqueires de terras em diversas parcelas nos anos de 1924 ate 1927.

Adquiridas as terras, foi fundada a Companhia de Terras Norte do Paraná, no dia 29 de setembro de 1925. Foi seu primeiro Presidente provisório o Dr. Antonio de Moraes Barros, ocupando o lugar de Diretor-Gerente, o Sr. Arghur Thomaz, pessoa de confiança de Lovas.

Coube a Thomaz lançar o plano de colonização das novas áreas que obedeceu ao seguinte sistema, procedeu ao levantamento topográfico das águas e dos espigões traçando as estradas de forma que os lotes tivessem a cabeceira para as estradas e fundos no ribeirão.

Na parte à beira da estrada faziam seu plantio de café próximo da água construíram as residências e demais pequenas instalações. De cada 15 km estabelecia-se apoio para adquirir as mercadorias que necessitassem e onde pudessem vender o produto de seu trabalho.

Ao mesmo tempo, por sugestão do Dr. Gastão Mesquita Filho, os ingleses compraram a Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná, e prolongaram seus trilhos de Cambará até o rio Tibagi, fundando Londrina no ano de 1929, cerca de 30 kms além daquele rio.

No ano de 1943, por motivo de enormes despesas com a guerra, os ingleses venderam muitas propriedades no exterior e o mesmo acontecendo com a Companhia de Terras Norte do Paraná, que foi adquirido por um grupo de brasileiros liderados pelo saudoso Dr. Gastão Vidigal e Dr. Gastão Mesquita Filho; conservaram Arthur Thomaz na qualidade de Diretor-Gerente e mantiveram os planos até então postos em prática.

A compra pelo grupo brasileiro, coincidiu com o grande progresso da região, à vista do ótimo mercado para o café e da magnífica qualidade das terras para essa cultura.

O plano posto em prática por Arthur Thomaz e depois

continuado pela administração brasileira, constitui-se em verdadeira reforma agrária possibilitando aos colonos das fazendas paulistas, possuidores de pequenas economias, adquirir pequenas propriedades onde iriam aplicar seus conhecimentos no cultivo do café. Esta verdadeira reforma agrária feita pela livre iniciativa e sem financiamentos, apresenta hoje os seguintes números impressionantes: A Companhia construiu cerca de 5.000 km de estradas de rodagem e na sua área foram plantados mais de 50 mil lotes agrícolas e fundadas 63 cidades ou vilas.

Nestas últimas, foram vendidas cerca de 70 mil datas urbanas. Com este conjunto, a Companhia introduziu mais de um milhão de pessoas na gleba.

O progresso da região constituiu exemplo sem precedente na história do nosso País, e com os recursos obtidos com o café, apesar de algumas geadas e outros contratempos, permitiu um progresso que trouxe transportes ferroviários e rodoviários de primeira qualidade, comunicações telefônicas e telegráficas, e as cidades receberam todos os melhoramentos necessários à vida moderna.

Instalaram-se indústrias as mais variadas, escolas, universidades, ao mesmo tempo em que aos poucos se foi fazendo uma exploração mais diversificada. Apresenta hoje, além do café, um quadro impressionante de produção de gado, soja, trigo, milho e outros cereais, rami, menta e cana-de-açúcar.

O plano de colonização resultou numa densidade de cerca de 100 habitantes por quilômetro quadrado, ostentando ao mesmo tempo, uma densidade escolar só comparável às das zonas mais adiantadas do Estado de São Paulo.

A diversificação operada através das culturas mecanizadas de soja e trigo, constituiu um capítulo inédito no País, pela rapidez com que se operou e pelo altíssimo nível alcançado mediante uma mecanização surgida milagrosamente da noite para o dia, causando pasmo e admiração a todos a que tem testemunhado”.

Indiscutivelmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na passagem dos seus 50 anos de função, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em 24 de setembro de 1925, até a data de hoje merece do povo paranaense os melhores aplausos, razão pela qual estamos encaminhando à Mesa uma solicitação para que conste um voto de regozijo pela passagem do 50º aniversário de dação da Cia. Melhoramentos do Norte do Paraná.

Disse.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Carvalho inscrito.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 60/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 138/75 que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com o município de Itaguapé, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia, do referido município. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 77/75, de autoria do Deputado Enéas Faria, que declara de Utilidade Pública a Creche Perseverança, com sede e foro no município de Paranaguá. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 61/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 141/75, que aprova Convênio nº 14/75, celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social objetivando a implantação de um Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes na cidade de Foz do Iguaçu. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 76/75, de autoria do Deputado Fidélcio Tolentino, que declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural da cidade de Guaraniaçu. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 62/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 104/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Ministério da Agricultura, objetivando execução a nível Estadual, do SubPrograma de Apoio Governamental à implantação do Plano Nacional de Sementes - AGIPLAN. Parecer favorável da C.C.J. —

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 62/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução a nível estadual do Subprograma de Apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes — AGIPLAN.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 104/75

Mensagem do Governador, transformada na presente Proposição, que encaminha cópia autêntica do termo aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução, a nível estadual, do Subprograma de apoio governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes — AGIPLAN.

Cumprindo assim, o Sr. Governador do Estado, o disposto no item VII do Art. 22, da Constituição Estadual, e o interesse público na aprovação da matéria está expresso no próprio texto do tratado.

Pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

— Ao referido Projeto de Resolução foi apresentado requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, no seguinte teor:

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, o adiamento de discussão, por quinze (15) sessões, do Projeto de Resolução nº 62/75.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1975.

a) TRAJANO BASTOS

Em discussão o requerimento. Encerrada a discussão. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 05/75, de autoria do Deputado Benedito Lúcio Machado, que autoriza o Poder Executivo construir uma ponte de concreto armado sobre o Rio Jacaré na estrada que liga os municípios de Santo Antonio da Platina e Barra do Jacaré. Pareceres **CONTRÁRIO** da C.C.J. e favoráveis da C.F. e C.O.P.T.C. —

PROJETO DE LEI Nº 05/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte de concreto armado sobre o rio Jacaré, na estrada que liga o município de Santo Antonio da Platina ao município de Barra do Jacaré.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1975.

a) LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

A ponte ora existente, é de madeira, está em precárias condições e limita o peso de carga dos caminhões que por ela trafegam.

A proposição que ora temos a honra de submeter à apreciação deste Plenário, é medida que se impõe como necessária, para o progresso de uma das regiões mais ricas do Estado.

A construção da ponte beneficiará uma área que contribui com uma grande parcela de tributos para o erário público, justificando plenamente tal proposição.

Estamos certos pois, em contar com a colaboração dos ilustres Pares na aprovação deste Plano de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 05/75

A iniciativa de leis que autorizem, criem ou aumentem a despesa pública, é de competência privativa do Poder Executivo.

Não há como autorizar-se, sem que haja uma solicitação anterior para tal autorização.

Pela inconstitucionalidade flagrante do presente Projeto de Lei, somos pela REJEIÇÃO.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer ao Projeto de Lei nº 05/75

O ilustre Deputado Benedito Lúcio Machado apresenta ao Poder Público um projeto meramente autorizatório e de grande significado para a região pobremente assistida pelo Governo do Estado, daí analisando o teor do projeto, somos pela total APROVAÇÃO, pois iria de encontro aos anseios dos paranaenses moradores daquela área a ser beneficiada com a medida, ficando a critério do Chefe do Executivo, se aceita ou não o presente notório.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1975.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

LUIZ CARLOS ZUK — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

Parecer ao Projeto de Lei nº 05/75.

De autoria do nobre Deputado Benedito Lúcio Machado,

objetiva este Projeto de Lei autorizar o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o rio Jacaré, na estrada que liga o Município de Santo Antonio da Platina ao município de Barra do Jacaré.

Trata-se efetivamente, de um plano de lei meramente autorizatório, e viria beneficiar uma região que contribui com grande parcela de tributos para o erário público estadual, indo ao encontro dos anseios dos seus moradores, se aprovado por esta Casa.

Nestas condições, pela aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1975.

aa) ALFREDO GULIN — Presidente
DAVID FEDERMANN — Relator

— Em discussão.

O SR. PRESIDENTE.— (Para discutir).

Sr. Presidente, o meu Projeto de Lei 5/75, teve parecer contrário da respeitável e douta Comissão de Constituição e Justiça. Parecer esse que, respeitamos por estar fundamentado em dispositivo constitucional. Entretanto, queríamos pedir às duas bancadas desta Casa, representativas do povo, que verificassem mais uma vez o conteúdo do projeto de lei desta natureza, que simplesmente autoriza o Poder Executivo a dar resolução a problema que envolve uma comunidade inteira. O nosso projeto como bem analisou a douta Comissão de Finanças, dando seu parecer favorável, merece ser aprovado. O parecer da Comissão de Finanças é o seguinte: (Lê).

“O ilustre Deputado Benedito Lúcio Machado apresenta ao Poder Público um projeto meramente autorizatório e de grande significado para com a região pobremente assistida pelo Governo do Estado, daí analisando o teor do projeto, somos pela total aprovação.”

Foi relator o ilustre Deputado Luiz Carlos Zuk. Verifica o nobre Deputado e demais componentes da douta Comissão de Finanças, que embora eivado de inconstitucionalidade, porque sabemos que hoje o Deputado praticamente não tem função na participação administrativa de seu Estado, foram pela aprovação porque souberam sentir no nosso pedido, construção de uma ponte sobre o rio Jacaré, ligando os municípios de Sto. Antonio da Platina ao município de Barra do Jacaré, a lembrança de um povo esquecido pela administração estadual, pelo Governo do Estado.

Daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixo meus respeitos à douta Comissão de Constituição e Justiça e os meus agradecimentos às duas Comissões que emitiram favoráveis ao meu projeto de lei. Peço, nesta oportunidade, quando a votação deverá ser reserva que os Srs. Deputados, representantes dignos do povo do Paraná pertencentes às duas bancadas, a representante do Governo e do meu Partido, dêem seu voto pela aprovação deste projeto de lei porque irá resolver o problema da região mais abandonada do meu Paraná, que é o Norte Velho deste Estado.

Conto com a aprovação das duas bancadas e deixo meus agradecimentos.

Era isto, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o Projeto de Lei nº 5/75.

O SR. DÁCIO LEONEL — Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Coincidentemente o parecer exarado ao Projeto de Lei 5/75, de autoria do brilhante Deputado Benedito Lúcio Machado, teve como Relator o Deputado que ora ocupa esta tribuna.

Devo todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ponderar que, dentro da competência da C.C.J. procuramos observar aqui-

lo que determina o próprio Regimento, procuramos examinar, dentro da nossa competência, o aspecto constitucional e o aspecto legal da matéria que nos é encaminhada, e tanto é verdade, que, o presente Parecer que apresentamos, ao relatarmos o Projeto de Lei 5/75, recebeu unânime votação dos componentes de nossa Comissão Srs. Membros pertencentes a ambas as bancadas.

Mas isso não significa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que qualquer dos Srs. membros da C.C.J. tivesse algum óbice a que fosse construída uma ponte de concreto armado sobre o rio Jacaré, na estrada que liga os municípios de Sto. Antonio da Platina a Barra do Jacaré, entendemos inclusive que a preocupação do autor do projeto de lei, Srs. Deputados, é muito válida, entendemos inclusive que devamos apoiar a sua iniciativa e o seu procedimento, o seu desejo, mas, entendemos que a matéria deveria ser encaminhada em forma de proposição, de sugestão, de solicitação, ao Executivo, e não, em forma de projeto de lei como foi feito.

A justificativa que demos ao parecer, pela rejeição da matéria, em plenário, está no sentido de que a iniciativa de lei que autoriza criem ou aumentem a despesa pública é da competência privativa do Poder Executivo é o que está escrito na Constituição.

O que entendemos é que a matéria, simplesmente aprovada em plenário ela vai, depois, ser encaminhada ao Poder Executivo, ao Sr. Governador do Estado que poderá colher, através do, recebimento do projeto de lei devidamente aprovado por esta Casa, subsídios, para que possa providenciar o atendimento à construção da ponte; todavia, e fatalmente isto acontecerá, deverá vetar o projeto, devolvendo-o a esta Casa para que depois nós que aqui votamos pela sua aprovação, depois devamos então acolher o Veto Governamental desde que lógico.

Friso bem a minha posição:— não sou, absolutamente, contra, como contra não é nenhum membro da C.C.J., mas, entendendo que respeitados os princípios constitucionais, não vejo como possa votar em contrário ao Parecer exarado ou favoravelmente, a uma matéria que pelo seu aspecto constitucional receberá o Veto que depois virá para conhecimento e acolhimento desta Casa Legislativa.

Era a consideração que eu deveria fazer, lembrando que o Parecer não tem nenhum voto em separado, tem isto sim, o apoio dos membros da C.C.J. representantes da ilustre bancada emedebista, como também da Arena.

Daí porque venho a esta tribuna para este esclarecimento, e para fixarmos que, lamentavelmente, não poderá aquele pedido e aquela pretensão do Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado votarmos contrariamente à matéria com parecer da C.C.J., mas, renovando meu pedido que o Sr. Deputado envie, e faça uma sugestão ao Sr. Governador do Estado, para que possa atender, tenho convicção, é muito útil, muito necessário e inclusive nós temos certeza, poderemos trabalhar junto ao Sr. Governador para que o Sr. Deputado possa ver seu pedido atendido e os moradores daquela região também.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rosa Landgraf.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gonato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, reivindicando a instalação, com a máxima brevidade, de um posto de Identificação na cidade de Iporã.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Ministro do Interior e Secretário de Planejamento da Presidência da República, visando a liberação de recursos extraordi-

nários do "Fundo Especial," para que a reconstrução de obras e serviços públicos danificados pelas fortes chuvas que assolaram o Paraná.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo reforço policial, tendo em vista as desordens que continuam na cidade de Guaraniaçu — APROVADO. Em discussão.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para o próximo dia de sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo cinquentenário da Companhia de Melhoramentos do Paraná. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Educação, no sentido de que determine a reinclusão da Redação Escrita nos exames de vestibular.— APROVADO.

A mesa designa para compor a Comissão Especial que fará levantamento de arbitrariedades em Guaraniaçu, os Srs. Deputados Ezequias Losso, Osvaldo Macedo e Quielise Crisóstomo, em atenção ao requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, aprovado em sessão anterior.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 7, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO —

do Projeto de Resolução 61/75 e de Lei 76/75.

2ª DISCUSSÃO —

do Projeto de Lei 5/75

1ª DISCUSSÃO —

do Projeto de Resolução 63/73.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO PAULO CAMARGO, EM SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 1975.

"Portaria nº 46 de 27.1.1971

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, usando das atribuições que lhe confere o artigo 17, alínea a, do Decreto 62.759, de 22.5.68 considerando o que dispõe o artigo 36 e seu parágrafo único, do Decreto-Lei 221, de 28.2.67, e tendo em vista o que consta do processo S/S/4808/70,

R E S O L V E baixar instruções regulamentadoras das normas e procedimentos a serem observados pelas empresas Hidroelétricas, para a fiel observância do citado dispositivo legal:

Artigo Primeiro - As medidas de proteção à fauna aquática nos cursos de água, alterados por barragens, serão estudadas e determinados pela SUDEPE, para cada caso e dentro destas normas gerais, cabendo ao proprietário ou concessionário, as providências para o cumprimento das instruções da SUDEPE, mesmo quando se trata de órgão ou de obras determinadas pelo poder público.

Artigo Segundo - São de competência exclusiva da SUDEPE:

- a) Escolha do sistema ou método de proteção da fauna;
- b) Determinação da amplitude e localização das instalações necessárias;

- c) Aprovação de projetos de obras e serviços;
- d) Determinação ou aprovação de programa de trabalho para cada Estação e Postos;
- e) Fiscalização técnica do funcionamento de e cumprimento das obrigações legais.
- e) Dar quitação do cumprimento das obrigações legais.

Artigo Terceiro - Em princípio haverá obrigatoriedade de, pelo menos uma Estação ou Posto de Piscicultura em cada curso d'água que possua barragem, podendo ser aumentado esse número a juízo exclusivo da SUDEPE.

§ 1º - No caso de haver mais de uma barragem de concessionários ou proprietários diferentes no mesmo curso d'água, a SUDEPE determinará em qual ou quais delas, haverá necessidade de Estação ou Posto de Piscicultura, cabendo às demais contribuir para as despesas de instalação, operação e manutenção dos serviços realizados, em rateio determinado pela SUDEPE e acordo entre as partes.

§ 2º - As obras poderão ser complementadas por outras medidas de proteção à fauna, mesmo nas barragens não escolhidas para sede de Estação ou Posto, a juízo da SUDEPE.

Artigo quarto - São obrigações das proprietárias ou Concessionárias de barragens:

- a) A execução de projetos, de obras e de outras providências determinadas pela SUDEPE, visando a conservação da fauna;
- b) Equipar, operar e manter sempre em funcionamento as instalações necessárias ao cumprimento dos programas traçados pela SUDEPE, inclusive o reflorestamento ciliar das bacias, com espécies indicadas à conservação da fauna;
- c) Realizar, diretamente ou por intermédio de órgãos especializados, públicos ou particulares, as pesquisas necessárias ao desenvolvimento dos programas e a criação e ampliação das possibilidades de exploração racional da produção pesqueira das águas interiores, por amadores ou estabelecidos pela SUDEPE;
- d) Contribuir para as despesas das Estações ou Postos, na forma do § 1º do artigo 3º desta Portaria, salvo ajuste entre as partes.

§ 1º - As pesquisas referidas na alínea "c", quando realizadas por intermédio de órgãos especializados, públicos ou particulares terão autorização prévia e projetos específicos aprovados pela SUDEPE.

§ 2º - Para os fins desta Portaria fica estabelecido que:

- a) "Estação de Piscicultura" é o conjunto de obras, instalações e equipamentos necessários a pesquisa, produção, restituição, manutenção, substituição e ampliação dos estoques de peixes das represas ou bacias hidrográficas;
- b) "Postos de Piscicultura" é o conjunto de obras, instalações e equipamentos de pequena amplitude, destinadas a servir de apoio aos trabalhos executados pelas Estações de Pisciculturas.

Artigo Sexto - Para o cumprimento destas normas nas barragens já existentes, ficam estabelecidos os seguintes prazos, contados da data de publicação desta Portaria:

- a) noventa dias para os entendimentos entre a SUDEPE e as proprietárias ou concessionárias de barragens, visando o delineamento das medidas obrigatórias de proteção à fauna;
- b) até um ano para a concessionária ou proprietária apresentar o projeto de obras e instalações para proteção da fauna, determinadas pela SUDEPE conforme entendimentos realizados;
- c) até dois anos para conclusão das obras e instalações aprovadas pela SUDEPE.

Parágrafo Primeiro - Nas barragens em construção e nas projetadas, os prazos ficarão subordinados ao cronograma das obras, de forma a que as instalações de proteção à fauna

possam funcionar na época do fechamento da barragem.

Parágrafo Segundo - Os prazos deste artigo poderão ser alterados pela SUDEPE, para cada caso específico e mediante solicitação fundamentada da concessionária ou proprietária da barragem.

Artigo Sétimo - As concessionárias ou proprietárias se obrigam a garantir o acesso às instalações de piscicultura e a facilitar a hospedagem temporária do pessoal credenciado pela SUDEPE para coordenar e verificar a execução dos programas específicos.

Artigo Oitavo - As Estações ou Postos de Piscicultura já existentes e construídos por determinação de órgãos com Delegação de Competência nos termos da legislação anterior, serão quitadas pela SUDEPE desde que possuam condições mínimas de necessidade de alterações.

Artigo Nono - Ficam sem efeito as determinações ou convênios de proteção à fauna que não sejam determinados pela Sudepe.

Artigo Décimo - a infração das normas e prazos desta Portaria sujeita os infratores à multa prevista no artigo quinto do Decreto-Lei de 28/2/67, considerando-se reincidências consecutivas o não cumprimento de novos prazos fixados pela SUDEPE mediante notificação.

Artigo Décimo Primeiro - a presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Eng.º Fernando Araujo Santos - Superintendente.

Portaria nº 46 de 27 de janeiro de 1971

RETIFICAÇÃO

Na publicação feita no Diário Oficial, Seção I - Parte II, de 4/2/71, página 282, Portaria nº 46, de 27/1/71, onde se lê:

Resolve baixar instruções regulamentadoras das normas e procedimentos a serem observados pelas empresas Hidroelétricas e por quaisquer outra empresa cujas obras impliquem na alteração dos regimes dos cursos de água, para a fiel observância do citado dispositivo legal.

a) ASCÂNIO DE FARIA

Respondendo pelo Diretor Geral do DEP.

RESUMO DE PRESENCAS DOS SRS. DEPUTADOS, NAS SESSÕES ORDINÁRIAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 8ª LEGISLATURA.

NOME	Comps.	Faltas
Paulo Camargo	111	05
Gabriel Sampaio	104	12
Del Ciel	97	19

Aguinaldo P. Lima	105	11
Mauricio Fruet	89	11
Fidelcino Tolentino	107	09
Leopoldo Jacomel	113	05
Accioly Neto	112	04
Adalberto Daros	92	24
Alfredo Gulin	102	14
Antonio Facci	105	11
Aragão de Mattos Leão	87	29
Basilio Zanusso	102	14
Dácio Leonel	109	07
David Federmann	90	26
Deni Schwartz	102	14
Domicio Scaramella	93	23
Edilson Alencar	101	15
Egon Pudell	90	26
Enéas Faria	104	12
Ernesto Dal'Oglio	90	26
Ernesto Gnoato	107	09
Ezequias Losso	112	04
Fabiano B. Côrtes	97	19
Francisco Escorsin	109	07
Fuad Nacli	57	23
Gabriel Manoel	113	03
Gilberto Carvalho	102	14
Hélio Manfrinato	103	13
Ivan Rüppel	95	21
Ivo Thomazoni	111	05
Jayme R. Carvalho	93	23
João Cioni Neto	90	26
José Domingos Scarpelini	80	36
Jorge Sato	110	06
Jurandir Messias	108	08
Lázaro Dumont	99	17
Lineu Turra	100	16
Lucio Machado	116	00
Luiz Alberto Oliveira	84	32
Luiz Carlos Zuk	110	06
Luiz Roberto Soares	89	27
Muggiati Filho	106	10
Nelson Buffara	101	15
Nilso Sguarezi	98	18
Oswaldo Macedo	91	25
Otássio Pereira	105	11
Quielse Crisóstomo	107	09
Rosário Pitelli	101	15
Trajano Bastos	101	15
Valter Pietrângelo	109	07
Waldenício Barbalho	106	10
Werner Wanderer	111	05
Wilson Fortes	79	37

Número de Sessões realizadas: 116